

Missões ficarão junto aos índios

Da Sucursal de
BRASÍLIA

As declarações formuladas pelo ministro do Interior, Rangel Reis, e pelo núncio apostólico, Dom Carmine Rocco, após o encontro de uma hora e meia que tiveram ontem, em Brasília, destacaram que as missões religiosas continuarão atuando junto aos índios e que tanto a Igreja como o Estado vão procurar melhorar o seu relacionamento.

D. Carmine observou que sequer há discussão sobre a continuidade do trabalho das missões religiosas junto as comunidades indígenas.

"Tanto o presidente Geisel quanto o ministro Rangel Reis compreendem perfeitamente que este trabalho é a essência da função da Igreja que, não tendo preocupações materiais, pode-se dedicar inteiramente ao bem-estar do índio brasileiro".

O ministro do Interior concordou: "As missões religiosas têm um trabalho muito importante dentro de uma política que o governo, evidentemente, orientará. A Igreja e o Estado têm objetivos comuns. Por isso, pensarão juntos para promover uma melhoria progressiva das condições de vida das comunidades indígenas".

As palavras de Rangel foram interpretadas como uma referência à política indigenista que o governo pretende adotar. De acordo com os objetivos do Ministério do Interior, a atuação das missões religiosas será voltada para o desenvolvimento das aldeias e sua integração na sociedade. Contudo, as missões perderão a autonomia e serão diretamente fiscalizadas pela Funai.

Alegando que "agora, não queria entrar em maiores detalhes", o ministro resumiu aos jornalistas os resultados da reunião com o núncio apostólico: "Foi uma ótima conversa. Vamos encontrar formas concretas para estreitar o relacionamento entre as missões religiosas e o estado, melhorando o que for preciso. A medida que as coisas se desdobram, vocês notarão a parte operacional".

D. Carmine também se esforçou para ressaltar que nunca houve "no Brasil, real hostilidade entre a Igreja e o estado. Alguns

dos a um clima de tensão que predispõe a interpretações diferentes dos fatos, podem ter ocasionado alguns desentendimentos, mas em sua essência, o relacionamento é bom e as perspectivas para o futuro são animadoras". Sobre os desentendimentos entre o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Funai, o núncio apostólico explicou que "são como pequenas brigas de família. Surgiram apenas alguns problemas que estamos tentando resolver".

Ao afirmar que a Igreja continua com os seus objetivos de sempre, dar assistência espiritual as comunidades indígenas", D. Carmine foi mais além: "Não é verdade que, no Brasil, a Igreja tenha inclinações comunistas. É claro que os padres se preocupam com a justiça social, procurando favorecer os mais pobres; isto faz parte da aplicação da doutrina cristã, mas não tem qualquer conexão com tendências marxistas ou esquerdistas. Às vezes, um elemento mais exaltado é interpretado erroneamente, sendo o suficiente para iniciar toda uma onda de boatos".

Quanto aos conflitos pela posse de terras, o núncio apostólico comentou que "o problema no Pará e em Mato Grosso não é novo no país. Trata-se da repetição do que já aconteceu, há anos, no Paraná e no Espírito Santo. Cada vez que surgem novas maneiras de distribuir terras, problemas desta natureza aparecem como consequência e precisam ser resolvidos, levando em consideração a pobreza dos posseiros. A solução está numa cooperação estreita entre a Igreja e o governo brasileiro, que já se conscientizou da importância da questão. Da mesma maneira, no tocante aos índios, as missões religiosas podem se entrosar melhor com o trabalho desenvolvido pela Funai". D. Carmine revelou que está sendo analisado as posições da Funai e do Cimi e que, em breve, as conversações evoluirão para a etapa de operação.

Hoje, o núncio vai ao Rio para entregar um cálice enviado pelo papa Paulo VI ao aeroporto internacional do Galeão. Porém, D. Carmine regressará a Brasília para dialogar com o presidente da Funai, general Jamil



Telefoto Sucursal de Brasília

Rangel e d. Carmine: elogios comuns ao trabalho dos missionários

Ausência de índio esvazia alarido sobre empréstimo

Da Sucursal e do
Serviço Local

A ausência do cacique Krokrenum frustrou ontem os planos do ministro Rangel Reis, do Interior, de promover em seu gabinete uma cerimônia para assinatura de um contrato de financiamento relativo ao desenvolvimento das atividades da coleta e comercialização de castanha pela tribo dos gaviões, que vive no posto Mãe Maria, no município paraense de Marabá. A idéia da solenidade foi interpretada nos meios indigenistas como uma tentativa do Ministério e da Funai de capitalizarem para si os méritos de um projeto que se tornou vitorioso sem receber um efetivo apoio oficial. E, embora a Funai tenha declarado ignorar as razões da ausência de Krokrenum, há informações de que o chefe dos gaviões se recusou a viajar, possivelmente por ter entendido o significado que se atribuiria à reunião.

Às vésperas da solenidade, houve uma troca de mensagens entre a Funai e o Cacique. Krokrenum perguntou o motivo do convite e, ao ser informado do que se pretendia,

a tutela que a delegacia da Funai em Belém exercia sobre esta atividade. Em consequência, o grupo não teve dificuldade, recentemente, em conseguir um fornecimento de mercadorias, a crédito, no valor de 30 mil cruzeiros.

Iara, afastada de Mãe Maria por suas divergências com o chefe da delegacia da Funai em Belém e com o ex-diretor do Departamento Geral de Operações do órgão, Francislio van der Broecke, esclarece também que o processo de transferência de responsabilidades cada vez maiores à comunidade indígena, eliminando sua dependência em relação à Funai, como está ocorrendo entre os gaviões, não se confunde com a "rápida integração das tribos à comunidade nacional" até recentemente defendida por Rangel Reis. E o alarido em torno da assinatura do contrato de financiamento poderia ser uma forma de vincular a experiência vitoriosa de Mãe Maria ao modelo proposto pelo ministro.

Como diferença básica entre sua concepção e a de Rangel, Iara aponta o fato de o projeto dos gaviões ter nascido na própria aldeia, "a partir da necessidade de se

a estrada, contraindo doenças que levaram o grupo quase à extinção.

Apoena condenou a abertura da rodovia que completará a ligação Brasília-Caracas, dizendo que o seu traçado poderia ter sido planejado de modo a não cortar a área indígena. "Agora disse a estrada é uma realidade e temos que atuar de modo a minimizar os seus efeitos nocivos sobre o índio. O grande desafio é criar atrativos para o grupo dentro da reserva, evitando que eles comecem a frequentar a rodovia".

Os waimiri-atroari já atacaram vários funcionários do antigo Serviço de Proteção aos Índios, da Funai e responsáveis pela abertura da estrada e, por isso, quando o Batalhão de Engenharia do Exército entregar à Funai a responsabilidade de fiscalização do percurso de 130 quilômetros que cortam a área indígena, terá que ser montado um esquema de segurança. Apoena acha que será muito difícil controlar o aparcimento de índios na estrada, pois a Funai não dispõe de uma infra-estrutura capaz de cobrir todo o percurso.

queria entrar em maiores detalhes", o ministro resumiu aos jornalistas os resultados da reunião com o núncio apostólico: "Foi uma ótima conversa. Vamos encontrar formas concretas para estreitar o relacionamento entre as missões religiosas e o estado, melhorando o que for preciso. A medida que as coisas se desdobram, vocês notarão a parte operacional".

D. Carmine também se esforçou para ressaltar que nunca houve "no Brasil, real hostilidade entre a Igreja e o estado. Alguns episódios dolorosos, alia-

mente, no tocante aos índios, as missões religiosas podem se entrosar melhor com o trabalho desenvolvido pela Funai". D. Carmine revelou que está sendo analisado as posições da Funai e do Cimi e que, em breve, as conversações evoluirão para a etapa de operação.

Hoje, o núncio vai ao Rio para entregar um cálice enviado pelo papa Paulo VI ao aeroporto internacional do Galeão. Porém, D. Carmine regressará a Brasília para dialogar com o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira.

interpretada como uma tentativa do Ministério e da Funai de capitalizarem para si os méritos de um projeto que se tornou vitorioso sem receber um efetivo apoio oficial. E, embora a Funai tenha declarado ignorar as razões da ausência de Krokrenum, há informações de que o chefe dos gaviões se recusou a viajar, possivelmente por ter entendido o significado que se atribuiria à reunião.

As vésperas da solenidade, houve uma troca de mensagens entre a Funai e o Cacique. Krokrenum perguntou o motivo do convite e, ao ser informado do que se pretendia, manifestou a decisão de não comparecer. A recusa provocou consternação entre alguns funcionários da Funai que se empenhavam em garantir o êxito da cerimônia. E um deles chegou a desabafar, ontem, referindo-se à determinação do índio, que "deve haver alguém por trás disso".

Na opinião de observadores, Krokrenum deve ter concluído que, além de tudo, a ida a Brasília era inteiramente desnecessária para a continuidade do empreendimento dos gaviões. Mas também era compreensível, para essas fontes, que os responsáveis pela política indigenista procurassem cercar de todo o aparato o episódio em que pela primeira vez uma tribo se utilizava do sistema financeiro, tendo a Funai como simples intermediária, na obtenção de um crédito de 208 mil cruzeiros do Banco do Brasil. Lembravam, porém, que toda essa operação poderia ser realizada sem alarde na agência do banco em Marabá, onde, com essa finalidade, dois índios gaviões já haviam aberto uma conta em nome da comunidade, necessitando, para movimentá-la, apenas de um visto do chefe do posto Mãe Maria.

A antropóloga Iara Ferraz, da Universidade de São Paulo e que foi coordenadora do projeto da castanha entre os gaviões até dezembro do ano passado, afirmou, por sua vez, que a tribo já vem desfrutando bom conceito entre os comerciantes da região de Marabá, em virtude de uma cômoda situação financeira conquistada depois que os índios passaram a gerir seus próprios negócios, afastando

Denunciado "terror" contra pescadores

Do correspondente em
MACEIÓ

O bispo de Maceió, dom Miguel Fenelon, em artigo publicado no jornal "O Semeador", da Arquidiocese local, denuncia o clima de "ameaça e agressão" que uma empresa imobiliária criou na cidade de Maragogi, a 108 quilômetros da capital alagoana, depois que o corpo do pescador Antônio Cláudio apareceu na praia crivado de balas. Segundo dom Fenelon, os pescadores, que constituem a maioria da população daquela cidade, estão proibidos pela firma loteadora de pescar no mangue da região e suas mulheres de lavar roupa nos riachos.

As proibições são garantidas por guardas fortemente armados na área de um grande loteamento. "O certo, a bem da verdade — afirma o bispo — é que em Maragogi, para muitas famílias, o desenvolvimento prometido por uma empresa não é sinônimo de progresso e de contentamento, mas de inquietação e de terror". Dom Fenelon conta que al-

guns pescadores da cidade vieram a Maceió solicitar ajuda da Igreja e revelaram que algumas famílias foram expulsas de suas casas situadas na praia. A situação foi então denunciada pela Igreja e revelaram que algumas famílias foram expulsas de suas casas situadas na praia". A situação foi então denunciada pela Igreja ao secretário de Segurança do Estado, coronel José de Azevedo Amaral, que prometeu abrir logo um inquérito.

"O mais triste em toda essa história, que não é uma ficção, mas um drama que penosamente vem se desenrolando de algum tempo a esta parte — continua o prelado — é que um pobre homem, Antônio Cláudio, foi descoberto morto, com várias balas encravadas no corpo, além do pescoço, um braço e uma perna fraturados. Que crime cometeu? Diz sua mulher que na véspera ele fora repreendido por um dos vigias armados da companhia de loteamento, porque tentava pescar alguns caranguejo no mangue".